

O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO NA ESCOLA PÚBLICA. Livia Adelina de Souza Domingos, Maria Eliza Brefere Arnoni e Débora Cristina Jeffrey. – Educação – Pedagogia – Departamento de Educação – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Campus de São José do Rio Preto.

Encontra-se na literatura acadêmica alguns estudos que tratam do Livro Didático e da sua relevância para o processo de ensino e de aprendizagem em ambientes escolares. Essas obras analisam este material em seus diversos aspectos e por diferentes prismas: das disciplinas específicas do currículo escolar, da ideologia por eles veiculada e da avaliação realizada pelos órgãos federais competentes, entre outros.

Faria (1994), ao refletir sobre o papel deste recurso didático nas disciplinas ligadas a História e a Geografia, no ano de 1977, revela-o como um material permeado por ideologia positivista a respeito do trabalho, não cooperando para a formação de uma consciência histórica e crítica nos alunos. Nesta análise, a autora verifica a difusão de preconceitos em relação a quem trabalha e a falta de contextualização desta atividade na história da humanidade. Segundo Faria, a formatação ideológica dos textos didáticos pode contribuir para uma formação a-crítica que impossibilita o entendimento das relações em que vivemos.

Oliveira, Guimarães e Bomény (1984), em uma retrospectiva histórica, apresentam a importância pedagógica, econômica e político-ideológica do livro didático, contextualizando-o no cenário educacional brasileiro desde 1930 (no Estado Novo) até a criação e execução do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), na década de 70 [séc. XX]. Esse estudo surgiu da necessidade de reflexões mais sistemáticas a respeito do tema e, assim, pode ser considerado um marco na bibliografia sobre o livro didático.

De modo semelhante, a política pública educacional brasileira constitui assunto muito abordado nas obras de cunho científico-acadêmico. Sobre esse assunto, muitos autores - Oliveira, Guimarães e Bomény (1984) e Sposito (2006) - tomam como marco histórico a década de 30 [séc. XX], pois nela houve a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), que sistematizou os esforços políticos-educacionais realizados anteriormente sobre o livro didático.

Neste estudo, faremos um recorte na história educacional brasileira, as décadas de 80 e 90 do último século, para tratar especificamente das políticas do livro didático.

A esse respeito, Tommasi, Warde e Haddad (1996) realizaram vários estudos sobre a política educacional brasileira, abordando-a sob o prisma das influências do Banco Mundial (BM) e analisando o processo de reorientação dessa política em concordância com os ditames do BM e suas implicações na Educação Básica, tais como: legislação educacional vigente, gestão e organização dos níveis escolares (Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior) e educação ministrada em instituições não-escolares, entre outros.

Shiroma (2004) mostra o movimento organizado pelo BM, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e demais organismos internacionais em relação à educação das décadas de 80 e 90 [séc. XX], esclarecendo sobre as reuniões, convenções, relatórios e documentos produzidos com a intenção de estabelecer planos e metas para a educação nos países latino-americanos e para o Caribe.

Buscando estudar as relações existentes entre os temas, aparentemente distintos, porém estritamente ligados, pretendemos investigar as duas políticas, a geral – a política pública educacional brasileira – e a específica – a política do livro didático –, que constitui, ao mesmo tempo, parte da primeira e fato autônomo. Essas relações são anteriores à institucionalização do ensino no Brasil, porém, nosso estudo visa, mais especificamente, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), implementado em 1985.

A literatura das últimas décadas do século XX, relacionada à Educação, aponta a relevância da fundamentação histórica e filosófica para as pesquisas nessa área. Corroborando com esse pensamento, Saviani (1987) discute a necessidade “de uma compreensão mais sistemática e crítica” da realidade concreta que nos circunda, a partir de uma base teórica que possibilite essa compreensão.

Partindo desse pressuposto, os fundamentos teórico-filosóficos, utilizaremos a **categoria totalidade**, elaborada pela lógica dialética, para a análise pretendida. Para Arnoni (2006) as categorias são entendidas como momentos críticos ou pontos nodais na apropriação racional do real que proporcionam ao homem a compreensão mediata da realidade. Assim, explicitaremos a formulação da

categoria totalidade, segundo as concepções de Kosik (1995) e de Lukács (1967) para, então, a partir dela, analisar nosso objeto de pesquisa.

Para Kosik (1995) a totalidade compreende a realidade e, esta se manifesta, sob a superfície dos fenômenos e, assim, a busca das conexões internas se faz necessária para o entendimento desta. Para o autor

Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. (p.44)

Para Lukács (1967) a totalidade pode ser entendida como uma realidade constituída por partes, que também são estruturadas como totalidade. Ele afirma que

A categoria totalidade significa portanto (sic!), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligadas entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas. (p.240)

Entendendo a política pública educacional brasileira como um todo que se constitui na e pelas relações entre as partes que o compõem, podemos entender o PNLD como parte constituinte desse todo complexo (política educacional) e, também, como uma totalidade, com a propriedade de explicar-se, como parte, e de explicar, ao mesmo tempo, a política que o originou. Se investigarmos os programas que regulamentam a aquisição, a distribuição e a utilização do livro didático, criados pelo governo federal, podemos apreender e compreender a dinâmica da política educacional vigente em nosso país. Contudo, se compreendemos a política educacional como um todo estruturado, uma síntese de múltiplas determinações, poderemos, também, apreender suas partes, como o PNLD.

Nessa perspectiva, objetivamos realizar um levantamento de dados bibliográficos e documental que tratam do livro didático; das políticas educacionais e da implantação e implementação do PNLD no sistema escolar e elaborar um relatório crítico sobre o material levantado e as relações que eles estabelecem entre si.

Entretanto, podemos apresentar alguns apontamentos como conclusões parciais. A política pública educacional brasileira, que tem como maior órgão representativo o Ministério da Educação e do Desporto (MEC), procura seguir as orientações internacionais sobre as melhorias que devem ser efetivadas no âmbito escolar. A esse respeito, Torres (in Tommasi; Warde; Haddad, 1996) mostra que o BM está aumentando, notavelmente, a dotação orçamentária para o item textos escolares como melhoria da qualidade de ensino nos projetos educacionais que financia. E, assim, constatamos essas implicações na educação quando consultamos os documentos governamentais, no site do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE – MEC), a respeito do aumento da quantidade de livros adquiridos pelo Estado:

Entre 1994 e 2005, o PNLD adquiriu, para utilização nos anos letivos de 1995 a 2006, um total de 1,077 bilhão de unidades de livros, distribuídos para uma média anual de 30,8 milhões de alunos, matriculados em cerca de 163,7 mil escolas. Nesse período, o PNLD investiu R\$ 3,4,2 bilhões. (BRASIL, 2004)

Referências Bibliográficas:

ARNONI, Maria Eliza B. *Pedagogia do IBILCE e a formação do profissional de educação: a síntese possível*. UNESP - IBILCE de São José do Rio Preto. Departamento de Educação, 2006. (em elaboração).

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Livro Didático. 2004. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/livro_didatico/livro_didatico.html>. Acesso: 07 out. 2006.

FARIA, Ana Lúcia G. *Ideologia no Livro Didático*. 11.ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção questões da nossa época, v.37)

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Original em Tcheco.

LUKÁCS, György. *Existencialismo ou Marxismo*. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Senzala, 1967.

OLIVEIRA, João Batista A. e; GUIMARÃES, Sonia D. P.; BOMÉNY, Helena Maria B. *A política do livro didático*. São Paulo: Summus, 1984.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 17.ed. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1987.

SHIROMA, Eneida O. *Política Educacional*. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação B. *Livros didáticos de Geografia e História: avaliação e pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

TOMMASI, Livia de; WARDE, MIRIAM J.; HADDAD, Sérgio (orgs.). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.